

## Resistir para existir: uma experiência pública numa exposição LGBTQIA+<sup>1</sup>

*Marta Gouveia de Oliveira ROVAI<sup>2</sup>  
André Luís Teotônio TEIXEIRA<sup>3</sup>  
Joice Guimarães SILVA<sup>4</sup>*

**Resumo:** Este artigo procura compartilhar a experiência de elaboração e realização de uma exposição museológica LGBTQIA+ no Museu de Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), compreendendo-a como uma prática de história pública. A exposição faz parte de um processo de práticas e reflexões promovido pelo projeto AMHOR, junto aos movimentos sociais e à comunidade escolar, e que busca construir uma série de ações, em busca da democratização nas formas de elaboração, divulgação e debate de outros conhecimentos históricos trazidos nas experiências e corpos considerados dissidentes da sociedade cisheteronormativa.

**Palavras-chave:** AMHOR, Alfenas, Exposição museológica, LGBTQIA+, História pública.

---

<sup>1</sup> O trabalho de extensão e pesquisa tem sido financiado por bolsas concedidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), desde 2022.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNIFAL-MG. UNIFAL. Alfenas. MG. Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0769-0748> E-mail: [marta.rovai@unifal-mg.edu.br](mailto:marta.rovai@unifal-mg.edu.br)

<sup>3</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Alfenas. MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7925608986540498> E-mail: [andretteixeira22@gmail.com](mailto:andretteixeira22@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Alfenas. MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0836415189065868> E-mail: [joiceguimaraes9999@gmail.com](mailto:joiceguimaraes9999@gmail.com)

## **Resisting to exist: a public experience at an LGBTQIA+ exhibition**

**Abstract:** This article seeks to share the experience of preparing and carrying out an LGBTQIA+ museum exhibition at the Museum of Memory and Heritage of the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG), understanding it as a practice of public history. The exhibition is part of a process of practices and reflections promoted by the AMHOR project, together with social movements and the school community, which seeks to build a series of actions in search of democratization in the forms of elaboration, dissemination, and debate of other historical knowledge brought in experiences and bodies considered dissidents of cisgender normative society.

**Keywords:** AMHOR, Alfenas, Museum exhibition, LGBTQIA+, Public history.

O presente artigo visa abordar as possibilidades de elaboração e publicização de narrativas históricas englobando uma educação dialógica por meio da História Pública, entendida como um movimento em rede, envolvendo a comunidade escolar, os movimentos sociais e a Academia. Orientados/as por esta perspectiva de alargar vozes e sujeitos/as envolvidos/as na produção e nos debates do conhecimento histórico, compartilhamos uma experiência desenvolvida pelo Projeto de Extensão intitulado *Acervo AMHOR: Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas*, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). O grupo participante deste projeto é formado por discentes de diferentes cursos, entre eles História, Geografia, Ciências Sociais e Biomedicina, a sua maioria autoidentificada como LGBTQIA+<sup>5</sup>, e atua desde 2022 na construção de um acervo virtual a ser disponibilizado pela plataforma da Universidade. A organização dos registros é orientada por leituras e pesquisas semanais, entrevistas orais com militantes, e por um conjunto de documentos como fotografias, revistas, cartas, jornais, folders, material de campanhas e de projetos voltados à defesa de seus direitos, a maioria doada pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA), entidade que atua na região desde 2000.

Neste texto não pretendemos nos reportar de forma central à constituição do acervo e às entrevistas orais, o que seria outra temática sobre a qual não daríamos conta aqui, mas tratar de uma das ações que decorre deles e que procurou impactar, em especial, as escolas públicas da região, fazendo uso do material catalogado e digitalizado: uma exposição que recebeu o nome de *Resistir para Existir*, organizada na Semana da Diversidade em setembro de 2023, junto ao MGA, e que foi realizada no Museu de Memória e Patrimônio da Universidade e em seu campus sede. Com essa intervenção, gostaríamos de tocar sensivelmente as escolas da região e a própria Academia, ocupando espaços educativos hegemonicamente cisheteronormativos.

Segundo os museólogos Jean Baptista e Tony Boita (2017), o Brasil possui cerca de três mil museus dedicados à memória dos diferentes grupos sociais, mas o tema LGBTQIA+ ainda é negado pela maioria de seus profissionais, permanecendo como tabu e vocação fóbica à diversidade de gênero e sexual e, contribuindo, com o cenário

<sup>5</sup> Neste artigo utilizaremos a sigla LGBTQIA+ para nos referir à diversidade de existências “dissidentes”, não desconhecendo que há outras formas de expressão. Para nos referir ao movimento social, adotamos a sigla LGBTI+, para fazer alusão à organização política.

de discriminação existente no país. Esse espaço, que é também um lugar de aprendizado histórico e de (re)produção de formas de existir a partir de narrativas sobre o passado, representou para nós a possibilidade de romper com a vocação fóbica e o silenciamento que podem ser observados, também, em currículos de ensino e livros didáticos (e, muitas vezes, acadêmicos), procurando atuar como mediadores de outras narrativas históricas e expor uma variedade de fontes e recursos que pudessem provocar, dialogicamente, docentes e discentes das escolas públicas (e da própria Universidade) em relação às ausências da memória e da história de sujeitos/as dissidentes da normatividade cisheterossexual.

Assim, neste texto, procuramos refletir sobre a importância da exposição como uma prática ligada à história pública, com a finalidade de contribuir para a produção, organização, publicização e discussão sobre materiais e produtos culturais, em parceria com a comunidade LGBTQIA+, no sentido de posicionar a Universidade na direção de perceber-se como parte de uma educação e de um ensino de História capaz de compreender que “a diferença faz a diferença” na compreensão que temos sobre o passado e principalmente nas relações do presente, como afirma Berenice Bento (2011). Reconhecer a presença de corpos diversos na História significa, de certo modo, reparar danos históricos promovidos pela exploração, discriminação e exclusão, pelo silenciamento e pela narrativa única eurocentrada (linear, iluminista, branca e cisgênera). Para nós esta experiência foi uma maneira de colaborar para a desconstrução e historicização dos próprios corpos cisgêneros e heteros, tomados como modelo naturalizado de humanidade, evidenciando relações de poder que impedem o exercício do direito à memória e à história de sujeitos/as que sempre estiveram presentes no mundo, mas que permaneceram negligenciados e invisibilizados pelas práticas do chamado heteroterrorismo<sup>6</sup> nos diferentes espaços, em especial naqueles em que a compreensão do passado é central sob o olhar do presente. Intelectuais travestis como Letícia Carolina Nascimento e educadores cisgêneros como Shara Jane Holanda Costa

---

<sup>6</sup> A expressão heteroterrorismo, cunhada por Berenice Bento, seria um “projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação” (Bento, 2011, p. 556). Acredito que o conceito de cisheteroterrorismo caberia ainda mais para definir vários mecanismos de opressão que constroem e retroalimentam violências verbais, simbólicas, históricas e físicas contra os grupos dissidentes de gênero e sexualidades, com vistas à sua contínua anulação, apagamento e silenciamento e o apagamento social.

Adad e Lucivando Ribeiro Martins (2020, p. 11) concordam com Bento ao afirmarem que o corpo trans é colocado em constante estado de temor, sendo rasgado pelo cisheteroterrorismo cultural: “sua pele é rompida, dilacerada, friccionada, desgastada, afinal, se o corpo não obedece às regras do regime de verdades heteronormativas, ele se torna um corpo abjeto, sem qualquer inteligibilidade humana”, o que provoca sua exclusão e possível eliminação. Embora tenha uma dinâmica diferente, entendemos que o museu faça parte de uma rede de instituições educacionais sujeitas ao silenciamento cisheteronormativo e que se propõem a ensinar História, legitimando existências hegemônicas em detrimento de outras, e que precisa, também, aprender com as demandas sociais e identitárias que o atravessam, devendo alargar suas paredes e muros, assim como a escola e a universidade, recriando-se continuamente para tornar-se mais diverso e democrático.

Ao compartilharmos a experiência da exposição, partimos da ideia de que pudemos transformar o Museu, mesmo que momentaneamente, num “sítio de consciência”, como concebe Márcia Hernandez Briones (2015). Considerado por ela como um lugar de comunicação e de educação, o sítio de consciência envolve muito mais do que o espaço onde aconteceram os eventos traumáticos, ou os lugares de memória. É, também, um espaço institucional criado ou adaptado com o objetivo maior de criar reflexão pública sobre a história local, realizando conexões com outros contextos e temporalidades; enfim, produzindo consciência histórica (Briones, 2015). De modo semelhante, Paulo Knauss (2018) afirma que o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e que deve contribuir para o engajamento da comunidade na ação de enfrentamento aos problemas sociais e de sua transformação. Com este entendimento, procuramos envolver o público naquele espaço, como lugar de fala e de escuta, estimulando o diálogo sobre questões que se perpetuam no presente, a fim de produzir e reconhecer presenças, promover a justiça e a defesa dos direitos humanos, no caso de pessoas e grupos LGBTQIA+, contra a imposição de uma cultura cisheteroterrorista.

### **Por que uma história pública numa exposição LGBTQIA+?**

Embora possamos observar um crescimento significativo na quantidade, associar as categorias gênero e sexualidade aos espaços de memória ainda é prática menor nas produções científicas e nos museus brasileiros. Pode-se questionar sobre isso, trazendo questões como: “Por que uma exposição LGBTQIA+ em um museu seria tão relevante?”, ou ainda: “O museu é lugar de se fazer história pública?”. As respostas são várias, mas acreditamos que elaborar e expor narrativas com base imagéticas em um museu demonstra a relevância dos grupos considerados socialmente como dissidentes, para apresentar suas outras histórias, não mais enquanto vítimas, mas como sujeitos e sujeitas que agem, possuem histórias e demandas, que se movimentam, resistem, festejam e que amam. Como afirmam Baptista e Boita,

a museologia com protagonismo lgbt oferece à sociedade a possibilidade de pensar a diferença em um recorte de orientação sexual, propondo reflexões sobre o futuro que se quer construir e alternativas para a superação da violência; • - por fim, as alternativas museais revelam-se como mais uma estratégia de sobrevivência de nossa população, interessada em se representar e protagonizar sua história, valendo-se de um pensamento criativo capaz de encontrar alternativas paralelas aos caminhos tradicionais, tal qual costuma ser nosso cotidiano driblando a homofobia. (Baptista; Boita, 2014, p. 189)

Em concordância, Renato Pinto (2015, p. 44) nos evidencia a importância das mostras temporárias ou permanentes envolvendo temáticas da diversidade e sua possibilidade de inquietar, animar e promover transformação social. Segundo ele: “uma vez que a cultura material é parte ativa e inseparável do ser humano, ela oferece um campo rico para os estudos das diversidades e das construções e desconstruções dos discursos histórico-arqueológicos”. Portanto, quando se fala sobre (e com) sujeitos/as considerados/as dissidentes em museus constrói-se consciência histórica, e as bases sociais começam a ser alteradas, pois estes não mais se tornam invisíveis socialmente. Ainda nesta perspectiva, Jean Baptista e Tony Boita (2018, p. 257-258) nos alertam que “não é mais possível considerar que um museu de caráter social não inclua o lugar ou não-lugar de seus membros LGBT”. Deste modo, quando elegemos fazer a exposição no Museu de Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, escolhemos transformá-la em algo também pedagógico, promovendo debates em relação ao histórico da comunidade LGBTQIA+ e suas ações, os feitos do MGA, os espaços ocupados por estes sujeitos e sujeitas em Alfenas-MG. Além disso, acreditamos que valores como respeito, direitos civis, liberdade sexual e de gênero, também foram discutidos e abordados de forma

efetiva, ao nos ampararmos nas memórias orais e documentos, procurando produzir afetações no público visitante.

Portanto, a fim de demarcar alguns pontos trabalhados ao longo deste artigo, nos baseamos em Jean Baptista e Tony Boita (2014) para evidenciar o porquê efetivamente uma museologia que atrela em seus trabalhos a temática da diversidade, principalmente com a comunidade LGBTQIA+, se faz tão relevante nos dias de hoje. Ao contribuirmos para a produção de presença de outros sujeitos e sujeitas em um espaço considerado referência cultural, e muitas vezes com caráter tradicional e elitista, como o museu, questionamos e problematizamos com o público a naturalização da cisheteronormatividade em nossa forma de conceber a história, a cultura material e as nossas relações no presente. Acreditamos, como Knauss (2018, p. 145), que os museus são um exercício de história pública que demanda a atenção e a sensibilidade na elaboração de seus produtos culturais, assumindo “uma posição contra a opressão e as injustiças sociais e em favor da liberdade e da dignidade humana”. Ademais, as disputas entre memórias e narrativas permite que outros/as indivíduos e coletivos narrem por si suas identidades, histórias e vivências, consequentemente oferecendo novas referências históricas, combatendo diretamente a exclusão, as violências e a homo, lesbo e transfobia estruturais em nosso país.

### A exposição *Resistir para Existir*

A ideia de exposição nasceu das conversas do AMHOR com membros do MGA e do Museu de Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, evidenciando a necessidade de ocupar um espaço tradicionalmente voltado a receber escolas da região com coleções restritas às áreas da Biologia e Astronomia. Apesar do nome, poucas foram as vezes em que um trabalho de memória e/ou história tenham sido desenvolvidos ali, embora diversos projetos importantes sobre educação patrimonial sejam voltados às escolas. Em 2022 uma exposição foi inaugurada fazendo referência à memória histórica dos cursos de Odontologia e de Farmácia, os mais antigos da Universidade. Porém, em visita ao espaço, observamos nas fotografias do acervo exposto certa ausência feminina no material escolhido para representar os mais de cem anos de existência de cada um deles,

principalmente até meados do século XX<sup>7</sup>. A presença rara de mulheres quando perceptível, era ainda enquadrada, na maioria das vezes, por um padrão masculino, evidenciado pelo uso do cabelo curto que fazia com que o/a visitante quase não pudesse notá-la nas imagens expostas.

Nessa direção, também pudemos observar a ausência de qualquer referência a marcadores de identidade, evidenciando uma narrativa museológica que optava por não questionar a sociedade em que as fotografias e demais documentos foram produzidos, com suas relações patriarcais, sexistas e e/ou racistas. Corroborando as ideias de Baptista e Boita (2014, 2017), percebemos como ao produzir tais apagamentos históricos, perde-se a possibilidade da promoção de reflexões e ações pedagógicas que possam contribuir no enfrentamento dos percalços sociais que sujeitos e sujeitas dissidentes vivem diariamente. Os autores, então, questionam e nos provocam:

O que podemos afirmar sobre a comunidade museológica brasileira a partir do fato dos mais de três mil museus do Brasil não abordarem a questão LGBT? O que faz com que nem mesmo exposições temporárias, com curadoria trans, por exemplo, possam ser montadas? [...] Será a comunidade museológica brasileira homo, lesbo e transfóbica? (Baptista; Boita, 2014, p. 177-178)

Apontar estes aspectos frágeis quanto a uma educação e ao ensino voltados aos direitos humanos de existências divergentes em museus, e especialmente no Museu de Memória e Patrimônio da Universidade não tem a intenção, em nenhum momento, em desqualificar o trabalho competente ali desenvolvido, principalmente com as escolas da região, mas destacar as ausências de vidas “dissidentes” não apenas no gênero, mas também na raça, na sexualidade e na classe social. Questionamentos sobre as ausências nas narrativas históricas predominantes pode se configurar como um grande mote para provocarmos novos rumos no ensino de História, em diferentes espaços, e rupturas com histórias elitistas. O exercício de perceber o Museu como um conjunto de discursos também permite pensá-lo como um dispositivo de gênero que torna públicos comportamentos, explicações históricas e agenciamentos que se revelam, e que realizam, simultaneamente, operações de omissão de outras perspectivas e assujeitamentos. Ao nos perguntarmos sobre as ausências do feminino, e não exatamente de mulheres, nos painéis de formandos da Universidade Federal de Alfenas,

<sup>7</sup> Os cursos citados foram criados em 1914, ainda quando a instituição se chamava Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA).

ano após ano, percebemos o apagamento, também, de corpos de homens e de mulheres com expressões de gênero e sexualmente divergentes de padrões binários e que estão ali enquadrados por eles, assim como alguns corpos negros, muitas vezes branqueados pela técnica de pintura das fotografias, afinando narizes e clareando peles. São compreensíveis o contexto histórico e as relações de gênero que comportam aquelas fotografias datadas das primeiras décadas do século XX, porém não deveria ser aceitável que elas fossem naturalizadas e apenas divulgadas, sem um debate provocador com o público sobre as possíveis existências não contempladas pela exposição e os valores que a contemplam. Não se trata, portanto, da falta de material relativo a pessoas dissidentes, devido ao rigor moral/cultural de cada época, mas da falta de uma leitura crítica sobre ele, apontando suas falhas, imposições, dispositivos e frestas.

Nesse sentido, é necessário que a prática de história pública faça avançar a narrativa histórica, neste caso a presente no Museu, para além da divulgação e exposição voltada a um público que apenas observa. É preciso submeter à discussão, mediar os olhares, promover a escuta e o debate sobre o que se olha, e o que se sabe, mesmo quando não é possível ver com clareza. E a história local, enlaçada à “história maior” proporciona a comunicação e a educação mais próxima das pessoas viventes nesse sítio de consciência. Andrea Telo Corte e outro/as historiadores/as veem nas memórias e saberes locais uma forma de mediar e produzir novos conhecimentos, enfrentando o que foi ocultado ou esquecido pela memória histórica:

Essas experiências servem para refletirmos que é possível que a história local se transforme em história pública, mas a partir da reflexão, divulgação e compartilhamento de conhecimentos e saberes que se produzam ou se comuniquem de forma colaborativa nos museus e além deles (Pons, 2020). Consideramos que o desafio seja pensarmos nas formas como podemos colaborar e interagir com as comunidades nas quais nos inserimos e com quem estabelecemos mediações para produzir conhecimento. Para isso, os sentidos de passado devem ser buscados nas relações de mediação com os públicos diversos locais, que constituem usos, representações, expressões e mobilizações sobre o passado, além de nós. (Corte *et al*, 2021, p. 93-94)

Seguindo este posicionamento na realização da exposição, a convite e em conjunto com ações do MGA e demais membros da comunidade LGBTQIA+ alfenense, levamos em conta o potencial da história local como história pública que, mais do que atingir certa audiência por um rol de curiosidades e referências locais, é capaz de criar os públicos para histórias ainda ignoradas, desconhecidas ou desqualificadas por

narrativas históricas tradicionalmente enquadradas pela cisheteronormatividade. Compreender que a história pública, mais do que se dirigir, tem a possibilidade de construir públicos implica em ter consciência de que os debates e intervenções coletivas farão a diferença em demandas sociais do presente. Como afirma Ricardo Santhiago, em entrevista para Fernandes, Silva e Carvalho Neto (2020) não se trata da produção de uma história pelo viés não acadêmico, ou de um conhecimento acadêmico “traduzido” para um grande público, mas um campo de trabalho, reflexão e diálogo que tem no centro de suas preocupações diferentes públicos, tendo como desafio a comunicação pública e a pesquisa participativa.

Imagen 1 - O Grupo AMHOR seleciona material doado para a Exposição



Fonte: Acervo AMHOR – Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Quanto à pesquisa participativa, mantivemos os ouvidos atentos aos nossos entrevistados, que nos provocaram a pensar nas exclusões da comunidade LGBTQIA+ nas efemérides históricas da cidade. O advogado e presidente do MGA, Sander Simaglio, em suas várias conversas com o grupo AMHOR, denunciava para nós a falta ainda grande de estudos e projetos na Universidade com a temática da diversidade de gênero, raça e sexualidade, assim como nas escolas locais e em comemorações “cívicas”: “Não somos sequer mencionados nas escolas e nas exposições sobre a história da cidade”, o que nos moveu a questionar sobre a restrição de públicos a quem

se dirigem os projetos educativos e o próprio ensino de História nos currículos, livros e práticas pedagógicas escolares ou museológicas.

Imagen 2 – Entrevista ao grupo



Imagen 3 – Entrevista pública



Sander Simaglio, presidente do MGA - 2023

Fonte: Acervo AMHOR – Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Sendo assim, o grupo discutiu diversas maneiras de publicizar os registros do movimento e de personalidades LGBTQIA+ sul mineiras, orientado pelas demandas do movimento, pelas entrevistas e por uma atitude historiadora voltada ao compromisso público com a história de corpos dissidentes e invisibilizados pela cisheteronormatividade: “Quais histórias gostaríamos/precisávamos contar?”. “Para quem e com quem iríamos contar?”. “Apenas nós contariámos?”.

### A exposição LGBTQIA+ em imagens

Organizar uma exposição requer a realização de uma escuta sensível constante, que permanece sendo um exercício até mesmo quando as vozes não estão presentes de forma ativa. Elas estão não apenas na oralidade, mas nas palavras impressas, nas imagens diversas, nos interditos e também nas ausências, pois, como afirma Eni Orlandi (2007), o silêncio não é ausência do dizer, mas uma forma de falar. Estarmos atentos aos vários sentidos de nossa pesquisa com documentos diversos, com as narrativas orais de militantes e com as próprias discussões realizadas em torno da memória, das identidades e do ensino de História na Universidade (e também com docentes e discentes de escolas públicas no minicurso de Gênero, sexualidade e relações étnico-

raciais no ensino de História) nos ajudou a pensar um fio condutor, evitando o perigo de um rol de curiosidades e exotizações, que é uma das formas pelas quais a comunidade LGBTQIA+ é, muitas vezes, representada. Sobre exposições ligadas à história pública, Benito Schmidt (2016) afirma que é preciso construir um problema que possa orientar toda a narrativa, e que deve partir de um mapeamento de documentos e de leituras bibliográficas sobre o tema, o que foi realizado pelo grupo AMHOR, a fim de que pudéssemos qualificar nossa escuta e nossas ações de escolha:

Afinal, sabemos que tanto a memória como a história não trazem “todo” o passado, mas sim, de forma sempre modificada pelo presente, aqueles passados que parecem relevantes ao historiador e a quem lembra, a partir de sua trajetória e de suas referências e condicionantes individuais e sociais. (Schmidt, 2016, p. 278)

Procuramos proceder de acordo com o que Schmidt afirma, deixando claras as nossas escolhas interpretativas aos visitantes da exposição, para que ela não fosse confundida como um “reflexo” da realidade e sim como um recorte político, uma construção narrativa pela qual nos posicionamos contra ausências e opressões históricas. Sabíamos que ao decidir por determinada produção e publicização, o museu exerceria seu papel como mecanismo e tecnologia de gênero e sexualidade, “fazendo ver” outras formas de comportamento, trabalho, desejo, festividade, corporalidade, expressões e militância numa sociedade hegemonicamente binária. Por isso, quando os primeiros visitantes chegaram, ficamos na expectativa sobre o que crianças e jovens estudantes achariam daquela composição. Seria um tema sensível para eles/elas? Será que possuíam alguma familiaridade com a temática ou conheciam o MGA e o movimento LGBTI+? E mais: como interagiriam com aquele material exposto? Teriam experiências a compartilhar, estimulados por aquelas imagens? Estariam dispostos a dialogar sobre aquelas histórias, que também poderiam ser semelhantes às suas em outros espaços?

Tomados por essas questões, orientamos a mediação da exposição temporária, *Resistir para Existir*, montada no Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, e ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2023. Ela foi organizada em 13 stands, sendo um para apresentação da exposição, logo na entrada, junto à apresentação do Projeto de Extensão AMHOR, num banner posicionado no centro da sala. Em formato de círculo, os outros 12 foram divididos com as seguintes temáticas: 1) As primeiras paradas LGBTQIA+ no Brasil; 2) 1<sup>a</sup> Parada do Orgulho “GLBT” de Alfenas em 2004;

3) A festa do Orgulho LGBTQIA+ em Alfenas até 2018; 4) Campanhas da Semana da Diversidade; 5) “Viva a diversidade!” (com diferentes cartazes de campanhas feitas ao longo dos anos); 6) Direitos e políticas públicas LGBTQIA+ conquistadas no Brasil e em Alfenas, contra a lgbtfobia e pela saúde e educação dessa população; 7) Capas das diversas *Revistas Diversidade*, publicada pelo MGA nos anos 2010; 8) A arte como festa e política (o Artivismo); 9) “O orgulho de ser quem se é”, com imagens de personalidades conhecidas nacional e localmente, misturadas a figuras de estudantes); 10) Diversidade das formas de existir, estar no mundo e amar; e 11) Movimentos e coletivos LGBTI+ mineiros na atualidade, como forma de demonstrar que o presente dialoga com e ressignifica o passado em aberto.

Imagen 4 – Convite ao público para a Exposição



Divulgação da exposição nas redes sociais, 2023

Fonte: Acervo AMHOR – Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Os stands referentes às paradas LGBTQIA+, tanto no Brasil quanto as de Alfenas, tinham como objetivo apresentar ao público as aproximações da luta e resistências do movimento organizado, processo este que se iniciou nos grandes centros urbanos, mas que também ganharam força nos interiores do país, principalmente entre os anos 1990 e 2000. Assim, buscamos fazer essa importante aproximação dos feitos do MGA, que q partir de sua fundação, em 2000, participou de editais do governo federal

para trazer recursos e financiar projetos voltados à saúde e aos direitos jurídicos da comunidade. Também pressionou politicamente para a criação da Lei Rosa (contra a discriminação em lugares públicos) e de geração de emprego, visando o reconhecimento das lutas que também se fizeram presentes na região mineira. Essa mediação, no possível debate com visitantes (que não são meros espectadores, mas participantes), se fez importante para reconhecer as potencialidades de uma história local que afetou as relações na cidade, gerando questionamentos e percepções sobre disputas de narrativas e memórias contrahegemônicas e afetações nas vidas pessoais e na vivência escolar.

Objetivamos também por meio dos folders, fotografias e artigos jornalísticos expostos abordar como o movimento de resistência se transformou, principalmente em relação à ocupação dos espaços públicos. Exemplo disso é a Parada do Orgulho de Alfenas-MG, que acontece na praça central, próximo à Igreja Matriz desde 2004, atraindo uma população diversa que chega de várias cidades ao redor, e também de São Paulo e Belo Horizonte. Por meio desse painel demonstramos como os sujeitos “dissidentes” se apropriaram dos espaços públicos e o transformaram em um momento de festa e celebração de serem quem são, sem perder seu caráter político; e também ouvimos estudantes que se reconheceram no evento e que dele participam. Ademais, com os folders sobre a Semana da Diversidade, propusemos demonstrar como o MGA impactou em Alfenas, fazendo com que a temática da diversidade fosse debatida com certa frequência com a sociedade civil, por meio de parceria, com mesas redondas e rodas de conversa na Universidade, apresentações artísticas, o famoso “Miss Gay”, o Troféu Cidadania MGA<sup>8</sup> a pessoas “aliadas” ao movimento e a Câominhada, uma intervenção no espaço público que visibiliza os corpos dissidentes que muitas vezes estão “escondidos” na cidade e atrai para a convivência a diversidade de existências.

---

<sup>8</sup> Em setembro de 2023 o grupo AMHOR recebeu o prêmio de Cidadania, em reconhecimento pela parceria, oferecido pelo movimento LGBTQIA+, na figura do Movimento Gay de Alfenas (MGA)

Imagen 5 – Preparo da exposição



Imagen 6 – Visita das escolas ao Museu



Organização do material e visita de escolas públicas à exposição, 2023

Fonte: Acervo AMHOR. Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Em outro setor da exposição evidenciamos os direitos conquistados pelo movimento LGBTI+, como o fim da patologização das identidades homossexuais e transexuais; a legalização da união civil; o reconhecimento do nome social e retificado para pessoas transgêneras; a adoção de prole; cotas para educação; disputa e conquista em cargos políticos; cirurgia de redesignação gratuita pelo Sistema único de Saúde (SUS); a criminalização da lgbtfobia e, por fim, o impacto político e subjetivo da Parada LGBTQIA+ que representa o ápice da festa do orgulho da comunidade; marcos lembrados, também, nas entrevistas. É importante ressaltar que tais conquistas não foram interpretadas como concessões, mas, por meio de provocações aos/as estudantes, compartilhar histórias de resistências simbólicas e físicas, além de suas próprias lutas cotidianas.

Expusemos, também, capas da *Diversidade*, uma revista elaborada pelo MGA que circulou nos anos de 2007 a 2011, que servia como um meio de divulgação de ideias, artigos e informações jornalísticas sobre assuntos que envolviam os direitos no

cenário local e nacional. A publicação foi um feito importante do movimento social, já que, por meio dela divulgavam-se informações sobre a comunidade LGBTQIA+, desmentindo falácia, desconstruindo preconceitos e combatendo a discriminação. A Revista era gratuita e com ampla distribuição, democratizando o acesso a tais informações e garantindo que seus leitores tivessem acesso a orientações jurídicas, saúde pública, movimentos sociais no Brasil (em especial o LGBTI+), artigos de especialistas sobre gênero e sexualidade, de forma segura, confiável e democrática. As temáticas englobavam tanto a cidade de Alfenas e sua região quanto o restante do Brasil e do mundo, possibilitando aproximações entre o que acontecia em Alfenas e no globo, evidenciando ações e eventos que alteram a dinâmica social alfenense, típica cidade interiorana, que possui valores elitistas e patriarcais em sua base fundante. Assim, com as fotografias, folders e jornais, visamos demonstrar que as lutas do passado deram frutos no presente, que são colhidos pelas novas gerações, responsáveis por sua continuidade.

Por fim, na exposição, também escolhemos visibilizar outros coletivos que atuam em Minas Gerais, na atualidade, em defesa dos direitos LGBTQIA+, como fundamentais na resistência e na linha de frente contra os avanços do autoritarismo político e do fundamentalismo religioso que avançam cada vez mais no país. Nomear historicamente tais grupos e organizações mineiras é honrar quem age efetivamente por um país mais igualitário e respeitoso a “todas, todos e todes”: Cellos, Movimento Gay de Minas, Aquarela, Coletivos Voz Plural, Santa Luzia, Extrema, Bill, Poços de Caldas, Machado, Guaxupé, Região das Vertentes, São Sebastião do Paraíso e Rede Afro LGBT, entre tantos outros com quem temos procurado conhecer e manter contato. Muitos deles possuem alguns anos de trajetória, fazendo conexões ou não com o MGA, mas todos envolvidos em defesa dos direitos sociais e identitários, reconhecendo que há uma rede conjunta visando um bem maior que envolve pessoas como o próprio público do museu, jovens em boa parte autoidentificados/as como LGBTQIA+. Assim, procuramos tornar públicas suas lutas por equidade social, liberdade sexual e identidade de gênero conseguindo exercer papéis fundamentais na história e na defesa de direitos humanos que ainda geram efeitos sobre a cidade. O final da exposição, ainda, trazia expressões de diferentes modos de existir e de amar: famílias diversas, corpos não

padronizados, casais de namorados e amigos/as, não encerrando a história LGBTQIA+ em um passado limitado e determinista, mas num processo de conquistas e de empoderamento que traziam o futuro como possibilidade, ressonando nas experiências dos públicos diversos.

A exposição contou com mais de 130 visitantes, sendo muitos destes alunos/as da Universidade Federal de Alfenas, mas também pessoas da sociedade civil, do movimento LGBTI+ e discentes de duas escolas públicas da cidade que visitaram o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG no período. Ressaltamos que durante toda a exposição membros do grupo acompanharam os/as visitantes e mediaram os olhares e reflexões, dialogando com eles/as, respondendo ou provocando questionamentos a respeito dos materiais apresentados e dos resultados do movimento LGBTI+ Sul mineiro e brasileiro. Mais do que isso, cabe destacar que estudantes com corpos “dissidentes” estiveram ali e se reconhecerem naquelas histórias, compartilhando suas experiências, em especial nas escolas, com denúncias de exclusão, mas também de resistências nesses espaços. A reação de muitos/as estudantes em relação à exposição, demonstrando incômodo e fazendo piadas com colegas, em alguns momentos foi transformada pela possibilidade de conhecer melhor, de forma mediada por historiadores/as, aquelas histórias de pessoas que dividem as mesmas ruas e lugares públicos que eles/as e de poder discutir publicamente uma história que não aprenderam na escola. Ou ainda, uma história que está marcada em muitos de seus corpos, mas que é ocultada e silenciada por práticas de educação e de ensino que reproduzem ainda o cisheteroterrorismo (Bento, 2011).

De modo gratificante, os/as estudantes da educação básica, em especial, se mostraram bastante interessados, questionando e elencando exemplos próximos aos eventos ali lembrados. A possibilidade de expormos um tema considerado tabu na sociedade hegemonicamente patriarcal, racista e cisheteronormativa brasileira, numa cidade do interior mineiro em que prevalecem valores morais conservadores, fez com que a história pública assumisse seu caráter político, ao trabalharmos com as questões envolvendo as identidades e os direitos à memória e história que não estavam distantes no tempo e no espaço dos públicos. Procuramos praticar uma história pública que trabalha na ocupação de novos espaços (físicos ou virtuais) e que se propõe a

democratizar o fazer histórico, na direção que Ricardo Santhiago (Fernandes, Silva, Carvalho Neto, 2020, p. 304) aponta, “dentro da chave da autoridade compartilhada e da produção colaborativa”.

Como afirma o autor (2020), se antes dos anos 2014 a concepção de história pública estava direcionada a criar novos produtos e ampliar acessos, pelo uso de novas linguagens, a escolha por processos cada vez mais participativos e democráticos foi lhe dando um sentido mais consciente sobre modos de intervenção na memória pública. Desta forma, os diálogos constantes com a comunidade alfenense tornaram a história local LGBTQIA+ mais do que um rol de curiosidades e histórias pitorescas. Este aspecto é enfatizado por historiadores/as como Andrea Telo quando apontam a importância da mediação nos debates com o público local:

Essa mediação não tem o sentido de estarmos acima, ou fora das relações e do mundo compartilhado, mas nos posicionarmos “entre”, contribuindo para a criação de comunidades de ouvintes e de falantes que sejam capazes de se perceber no mundo em comum. Estes atos próprios da história pública – de ampliar possibilidades de encontros temporais, espaciais, coletivos e midiáticos – exigem repensar as formas decoloniais e descolonizadas de produção e divulgação de saberes históricos; atenção ao que, muitas vezes, as comunidades exigem de nós, não no sentido de submissão ou redenção às coletividades e seus interesses, mas de diálogos constantes com os portadores/narradores de histórias e memórias plurais, muitas vezes negligenciadas na visibilização seletiva de grupos sociais, na escrita e nos inúmeros modos de difusão histórica que envolvem privilégios econômicos, tecnológicos e de instrução. (Corte *et al.*, 2021, p. 94)

A preocupação com a difusão do conhecimento produzido em conjunto com a comunidade LGBTQIA+ e submetido ao debate com públicos diversos, além do escolar e museológica, levou o grupo AMHOR a direcionar seu trabalho também para o alargamento da exposição que se deu, posteriormente, na sede da Universidade Federal de Alfenas, e para o esforço de elaboração de um museu virtual ainda em construção. Na versão digital, entendemos que a divulgação é apenas uma dimensão da história pública e não pode por si só garantir qualquer debate coletivo: mas, ainda que limitada pela dificuldade de dialogar com um público muito mais amplo e desconhecido, pode colaborar na direção de esclarecer, ampliar acesso a fontes, provocar, tocar, sensibilizar e democratizar a História. Para isso, consideramos que o número de pessoas e grupos envolvidos na produção deste formato de exposição na Plataforma da internet possa ser ampliado em 2024, e que possamos contar com a participação em rede de diferentes

instituições e espaços da cidade de Alfenas, assim como de docentes e discentes das escolas públicas, com quem pretendemos reforçar as discussões de história local, ensino de História e história pública.

### Considerações finais

Um dos aspectos da história pública é que, não raro, as temáticas e ações com as quais podemos construir o conhecimento histórico possam nascer do diálogo e das demandas de grupos conscientes das ausências e silenciamentos, da necessidade de alianças com a Universidade e mediações públicas e dos usos de novas tecnologias para que se criem modos mais criativos e democráticos de registros históricos. É o caso da população LGBTQIA+ na cidade de Alfenas, que há anos tem produzido conquistas e se recusado a aceitar a discriminação e o preconceito, tendo proposto à UNIFAL-MG a constituição de parcerias na publicização de suas histórias e memórias.

Como historiadores/as, é preciso sempre estar atento/as à possibilidade de transformação da história local, muitas vezes enredada em discursos deterministas e opressores que excluem de uma História hegemonicamente elitista sujeitos/as dissidentes que vivem experiências de dor, mas também de resistência, orgulho e de afetos. A história pública pode acolher e enfrentar conflitos e disputas, abrindo espaço para escutas de memórias, levantamento e produção de novas fontes a fim de que se contribua com a elaboração de narrativas capazes de romper com padronizações de existências que insistem em produzir preconceitos, invisibilizações e cegueiras coletivas que atentaram contra vidas LGBTQIA+ ao longo da história. E foi nesse sentido, dando escuta a quem, generosamente, nos concedeu a sua voz, que procuramos contribuir realizando a exposição *Resistir para Existir*.

Ao compartilharmos neste artigo a experiência de uma exposição LGBTQIA+ em um museu universitário, procuramos enfatizar a necessidade de uma escuta sensível que requer ouvidos, mas também olhos atentos e esforço quanto à ruptura anticolonial em relação à cisheteronormatividade, na procura de produzir presenças na narrativa história hegemônica, questionando-a e subvertendo-a, no sentido que Baptista e Boita apontaram: desconstruindo tabus e destruindo a vocação fóbica de determinados

espaços educativos, como os museus. Evidenciamos, também, a construção de uma pedagogia queer, nas palavras de Guacira Louro (2001, p. 550) em que as diferenças – no ensino de História, nos espaços educativos e nas relações sociais do presente – não sejam mais ignoradas ou apreciadas como curiosidades exóticas ou desvios pecaminosos, mas evidenciadas de tal forma a produzir instabilidades no sistema cisheteronormativo, de maneira que “Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro”.

De forma ainda tímida, mas também ousada, pretendemos criar um movimento de “escovar a história a contrapelo”, como nos lembrou Walter Benjamin (1994), recusando que haja uma história dos vencedores, capaz de negar e silenciar as histórias de grupos vencidos. Não se trata mais de “vencidos”, mas de resilientes, sobreviventes e, como muitos/as dos/as entrevistados/as nos disseram, de existentes, muitas vezes orgulhosos de serem quem são; não apenas reduzidos/as a vítimas do capitalismo, do racismo e do “cistema”, mas agentes históricos/as que se posicionam e contam com nosso compromisso e responsabilidade no planejamento dos impactos públicos de suas histórias (Rovai, 2021, p. 100)

Este movimento comprometido com a vida e com os direitos da população LGBTQIA+, no caso a de Alfenas, é consciente de seu papel e acredita que um museu também possa ser lugar de reconhecimento e de pertencimento afetivo e social. Acreditamos, como Baptista e Boita (2014), que exposições baseadas na dialogia, mesmo que momentâneas como a que procuramos produzir, possam produzir efeitos e afetações públicas, e que tenham a potencialidade de gerar transformações na forma como entendemos o passado e os corpos inseridos na história de modo desigual. Uma exposição que “fala, mostra e escuta” é capaz de estimular ações participativas, compartilhamentos de experiências e sensibilizações que abram caminhos para a superação de fobias sociais em nossa sociedade.

## Referências bibliográficas

- ADAD, Shara Jane H. C.; NASCIMENTO, Letícia C. P.; MARTINS, Lucivando R. Aprendizagens em educação e as diferenças-resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e614985928, p. 1-10, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5928>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia comunitária, comunidades LGBT e direitos humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 132-146, maio 2017.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo País. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, nº13, jan./ jun. de 2018.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Cadernos do CEOM* - Ano 27, n. 41. Museologia Social, dez/2014.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: \_\_\_\_\_. Magia e técnica, arte e política. *Obras Escolhidas*. Trad. Sergio Paulo Rouanet, V. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista de Estudos Feministas*, v. 19, n.2, p. 549-559, 2011.
- BRIONES, Marcia Cristina H. “*El olvido está lleno de memoria*” estudo de caso do sitio de consciência Villa Grimaldi como meio de comunicação: a didática dos direitos humanos e a cultura da memória (Dissertação em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2015.
- CORTE, Andrea T. *et al.* Como fazer a história local se tornar pública, e para quem? In: ALMEIDA, Juniele R.; RODRIGUES, Rogério R. (Orgs.). *História pública em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

FERNANDES, Letícia Oliver; SILVA, Matheus de Paula; CARVALHO NETO, Pedro José de. A história pública que queremos: entrevista com Ricardo Santhiago. *Epígrafe*, São Paulo, v. 8, n. 8, pp. 283-331, 2020.

KNAUSS, Paulo. “Quais os desafios dos museus em face da história pública?”. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 141-145.

LOURO, Guacira. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Unicamp, 2007.

PINTO, Renato. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e Queer. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 44–55, 2015.

ROVAI, Marta G. de O. Diálogos e projetos: a voz e a presença de pessoas transexuais e travestis na transformação da universidade. *Espaço Acadêmico*, n.21, p. 68-83, 2021.

SCHMIDT, Benito B. O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos In: ALMEIDA, Juniele R.; MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e voz, 2016, p. 275-285.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 01/02/2024  
Aprovado em: 21/05/2024